



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1011223-25.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Orestes Teixeira do Prado Filho**
 Embargado: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de embargos à execução nos quais se alega prescrição, inexistência de título hábil e que não pode ser responsabilizado pelo imposto, já que o imóvel estava invadido por terceiros.

O embargado apresentou impugnação, na qual sustenta que o prazo prescricional é decenal, que foi interrompido pela citação por edital. Sustentou, ainda a higidez da CDA; que o consumo apontado decorreu de leitura do hidrômetro instalado e que o embargante se responsabilizou junto à autarquia pela água fornecida em seu imóvel, de modo que o não exercício da vigilância sobre o seu patrimônio não pode acarretar o ônus a quem agiu regularmente, disponibilizando água tratada, sem qualquer ciência do que se passava em seu interior.

Houve réplica.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

É o caso de se reconhecer, na hipótese, a nulidade da citação por edital, pois é pacífica a jurisprudência do STJ quanto à necessidade de o Exequente esgotar todos os meios disponíveis para localização do devedor, tendo sido editada, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

esteira deste raciocínio, a Súmula 414, “in verbis”: “A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades”.

Pelo que consta dos autos, notadamente do documento de fls. 42, houve apenas tentativa de citação por carta, que restou infrutífera, ou seja, o exequente não lançou mão dos recursos a seu alcance para encontrar o executado; preferiu valer-se, quiçá por comodidade, da citação edital. Inexorável, pois, reconhecer a nulidade desta.

Citação regular é pressuposto processual de validade e, por conseguinte, a sua falta pode ser proclamada, inclusive, de ofício, conforme prescrito no artigo 267, § 3º, do Código de Processo Civil.

No caso dos autos houve apenas tentativa de citações pelo correio, sem êxito e, mesmo assim, não se efetuou nenhuma diligência no sentido de localizar o executado, que só ocorreu no ano de 2014 (fls. 49).

Note-se que há muitos bancos de dados nos quais se pode buscar o endereço das partes, notadamente o Bacen Jud, de grande eficiência, não tendo o embargado requerido a expedição de qualquer ofício, antes de requerer a citação editalícia.

Uma vez reconhecida a nulidade de citação, necessária se faz a análise da prescrição.

Na hipótese em questão, o despacho que determinou a citação ocorreu em 10/09/2004, portanto, em momento anterior à edição da Lei Complementar 118/05, que deu nova redação ao artigo 174 do CTN, não sendo aplicada à situação em tela.

Assim, considera-se que a interrupção da prescrição ocorreria somente com a citação válida do executado, que ainda não ocorreu. Quando muito, se poderia considerar que o embargante tomou conhecimento da execução com a oposição dos embargos, o que se deu somente no ano de 2016, portanto, mais de dez anos do último período em execução, que diz respeito ao ano de 2003.

Ante o exposto, acolho o pedido, reconheço a nulidade da citação por edital, bem como a prescrição no que tange aos créditos objeto da execução e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, II do Código de Processo Civil, determinando a extinção da execução.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante da sucumbência, condeno o embargado a arcar com os honorários advocatícios, que arbitro, por equidade, em 10% sobre o valor da causa, sendo isento de custas, na forma de lei.

P I

São Carlos, 07 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**